comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

13.3.1 — A Entrevista Profissional de Seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

14 — Os candidatos aprovados em cada método de seleção são convocados para o método de seleção seguinte por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da já referida Portaria.

15 — Cada método de seleção é eliminatório, sendo excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um, ou que obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores num deles, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte.

16 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página eletrónica da DGADR em <http://www.dgadr.pt> e afixada na 2.ª andar da DGADR.

17 — As ponderações, para a valoração final, relativamente a cada método de seleção são de 70 % para a Prova de Conhecimentos ou Avaliação Curricular e de 30 % para a Entrevista Profissional de Seleção.

18 — Em situações de igualdade de valoração aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria já mencionada.

19 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração final, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitados.

20 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3, para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

21 — O exercício do direito de participação dos interessados deverá ser feito através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponibilizado na página eletrónica da DGADR em <http://www.dgadr.pt>.

22 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados após homologação, é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público da DGADR, e disponibilizada na sua página eletrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da supra citada Portaria.

23 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da supra citada Portaria, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na página eletrónica da DGADR e em jornal de expansão nacional, por extrato.

24 — Composição do Júri:

Presidente: Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos

1.º Vogal Efetivo: Rosália Maria Isabel Martins, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão de Informação; que substituirá a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos

2.º Vogal Efetivo: Maria João Monteiro, Técnica Superior do GPP

1.º Vogal Suplente: Maria de Deus Pereira Amador Técnica Superior da DGADR

2.º Vogal Suplente: Maria Odete dos Santos Mealha, Técnica Superior da DGADR.

25 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer espécie de discriminação.

1 de outubro de 2015. — A Diretora-Geral em exercício de funções de suplência, *Filipa Horta Osório*.

208990031

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Despacho n.º 11343/2015

O Decreto-Lei n.º 126/2015, de 7 de julho, transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/63/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que altera a Diretiva n.º 2001/110/CE, de 20 de dezembro de 2001, relativa ao mel, e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 214/2003, de 18 de setembro, o qual adotou as disposições relativas às definições e características do mel e às regras a que deve obedecer a sua produção e comercialização.

Este diploma que se consubstanciou numa alteração das definições e características do mel bem como das regras a que deve obedecer a sua produção e comercialização, incluiu, por isso, uma norma transitória

que reproduz uma regra idêntica constante da Diretiva n.º 2014/63/EU, a qual prevê que os produtos colocados no mercado ou rotulados antes de 24 de junho de 2015, nos termos da Diretiva 2001/110/CE, pudessem ser comercializados até ao esgotamento das existências.

Deste modo, a Diretiva permitia que, durante um determinado período, após a sua publicação, fosse possível o escoamento das existências de produtos fabricados de acordo com as regras anteriormente vigentes.

Porém, a complexa tramitação do processo legislativo apenas possibilitou a publicação do Decreto-Lei n.º 126/2015, em 7 de julho de 2015, ou seja, em data que ultrapassou o período transitório previsto na Diretiva.

Em consequência, a vigência das exigências da Diretiva n.º 2001/110/CE que constavam do Decreto-Lei n.º 214/2003, de 18 de setembro, perduraram na ordem jurídica nacional, até ao dia 7 de julho de 2015.

Nestes termos, a 24 de junho os operadores económicos nacionais ainda se encontravam obrigados a cumprir as regras daqueles diplomas, situação que se manteve, sem qualquer alteração, até ao dia 7 de julho.

E, após a data de 24 de junho, o período transitório consagrado na Diretiva não é aplicável. Ora, esta situação que foi motivada por razões exógenas apenas pode ser corrigida por via legislativa, cuja morosidade não se compadece com a urgência do escoamento dos produtos.

Todavia, através de instrumentos administrativos é possível dar cumprimento aos princípios da justiça e da equidade, criando-se as condições para que os operadores económicos possam beneficiar de um período análogo, para efeitos de escoamento das existências, uma vez que ainda existem produtos que foram colocados no mercado e rotulados antes da publicação do Decreto-Lei n.º 126/2015, de 7 de julho.

Assim, atentos os fundamentos acima expressos, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 e da alínea *c*) do n.º 2, ambos do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, determino o seguinte:

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 126/2015, de 7 de julho, os produtos a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 214/2003, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 126/2015, de 7 de julho, que tenham sido colocados no mercado e rotulados antes da data da publicação deste último diploma, podem ser comercializados até ao esgotamento das existências.

2 — Os efeitos do presente despacho retroagem a 7 de julho de 2015.

1 de outubro de 2015. — A Subdiretora-Geral, *Ana Paula Cruz de Carvalho*.

208990007

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Despacho n.º 11344/2015

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 8732/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 10-08-2015, com vista ao preenchimento do cargo de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, cargo de direção intermédia de 2.º grau do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Divisão de Desenvolvimento Organizacional.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, a licenciada Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

01/10/2015. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

ANEXO

Nota Curricular

Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo
06-02-74

Mestre em Gestão e Administração Pública (Universidade de Aveiro), licenciada em Ciência Política (Universidade Internacional), possui um Diploma de Especialização em Gestão Pública (INA).

Enquanto Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, em regime de substituição, no Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), coordenou as seguintes matérias: acompanhamento dos subsistemas de avaliação do desempenho dos serviços SIADAP 1, 2 e 3 no MAM; elaboração dos instrumentos de gestão do GPP; auscultação dos serviços em matéria de modernização administrativa; implementação de plano de formação profissional para o Ministério. Acompanhou os trabalhos da Rede Interministerial para a Modernização Administrativa com vista dinamizar projetos de simplificação administrativa no MAM.

No Gabinete de Estratégia e Estudos, do extinto Ministério da Economia e Inovação, foi Chefe da Divisão de Planeamento e Apoio onde coordenou a implementação do SIADAP 1 no Ministério e participou no Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS) e nas reuniões plenárias deste Conselho. Coordenou, ainda, as atividades de apoio à atividade operacional do gabinete, designadamente: conceção dos instrumentos de gestão; administração do SIADAP 1 2 3 e atividades de suporte no âmbito da prestação centralizada de serviços.

Desenvolveu grande parte do seu percurso profissional, como técnica superior na Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), onde adquiriu experiência profissional nas áreas da avaliação e melhoria do desempenho organizacional com o modelo europeu de avaliação *Common Assessment Framework* (CAF), designadamente no desenvolvimento, promoção e apoio à sua implementação (criação de instrumentos) nos serviços da administração pública portuguesa.

Tem larga experiência como formadora (certificada), em diferentes formatos e em diversos serviços e organismos públicos, em particular através do INA.

Tem experiência internacional, como perita no grupo de trabalho IPSG (*Innovative Public Services Working Group*) e como membro efetivo e Correspondente Nacional junto do *CAF Resource Centre* do EIPA e no *CAF Working Group* (da rede EUPAN) onde participou nas reuniões e em conferências europeias sobre qualidade, designadamente eventos sobre a CAF. No âmbito da ajuda ao desenvolvimento foi consultora e formadora num projeto de aplicação do modelo CAF, desenvolvido pela UNIDO/ONU.

Frequentou diversas ações de formação e participou em seminários no âmbito das temáticas da gestão organizacional, designadamente qualidade e melhoria do desempenho.

208988875

Despacho n.º 11345/2015

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 7210/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29-06-2015, com vista ao preenchimento do cargo de chefe de Divisão de Relações Internacionais, cargo de direção intermédia de 2.º grau do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Ana Margarida de Albuquerque Pereira Cardoso de Menezes, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Divisão de Relações Internacionais.

Assim, designo para o cargo de chefe de Divisão de Relações Internacionais, a licenciada Ana Margarida de Albuquerque Pereira Cardoso de Menezes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

2 de outubro de 2015. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

Nota curricular

Nome: Ana Margarida de Albuquerque Pereira Cardoso de Menezes
Formação Académica:

Licenciatura em Engenharia Agronómica, no ramo de Economia Agrária e Sociologia Rural, pelo Instituto Superior de Agronomia (1991);
Mestrado em Ciências Empresariais, na área de especialização em Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, dominante temática Marketing e Negócios Internacionais, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 1993/94.

Experiência Profissional:

Chefe de Divisão de Relações Internacionais da nova orgânica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, em regime de substituição, desde 12 de setembro de 2014;

Chefe de Divisão de Internacionalização e Promoção, em regime de substituição desde 1 de junho de 2012, no Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT);

De 1 de abril de 2011 até 31 de maio de 2012, Chefe de Divisão de Promoção da Internacionalização, em regime de substituição, com funções de coordenação e articulação com entidades internas e externas responsáveis pela sua gestão;

De janeiro de 2010 até 31 de março de 2011, apoio à coordenação das atividades para a área da promoção da internacionalização dos sectores agroalimentar e florestal e da Comissão para a Internacionalização e dos Grupos Temáticos para a Internacionalização, criado por Despacho n.º 16664/2010, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de 3 de novembro;

De 1 de março de 2007 até 1 de janeiro de 2010, desempenho de funções no Gabinete de Planeamento e Políticas, na Direção de Serviços de Estatística, Metodologia e Estudos, e na Direção de Serviços de Ambiente e Ordenamento do Espaço Rural;

De 14 de outubro de 2004 até 1 de março de 2007, Chefe de Divisão de Documentação e Informação, da Secretaria-Geral do MADRP;

De 16 de julho de 2004 até 14 de outubro de 2004, técnica superior no Gabinete de Planeamento e Políticas, na Divisão de Planeamento e Políticas;

De 2 de fevereiro de 2004 até 16 de julho de 2004, nomeada Assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural;

De 1 de janeiro de 2001 até 2 de fevereiro de 2004, técnica superior no Gabinete de Planeamento e Política Agro Alimentar, na Divisão de Planeamento e Políticas da Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Prospetiva;

De 4 de novembro de 1991 até 1 de janeiro de 2001, desempenho de funções no Gabinete de Planeamento e Política Agro Alimentar, na Divisão de Análise da Situação das Explorações Agrícolas da Direção de Serviços Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas (RICA).

Formação Profissional:

Curso Específico para Alta Direção em Administração Pública (CADAP), Instituto Nacional de Administração (2003/4).

208993223

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 11577/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo de 17 de setembro de 2015 e nos termos dos artigos 48.º, 49.º e 50.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a cláusula 20.ª do ACT n.º 2/2009, torna-se público que Rosa Maria de Oliveira Correia concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para desempenho de funções de Assistente da carreira especial médica — área de Medicina Geral e Familiar, posição remuneratória 1.ª, nível remuneratório 45.º, em lugar do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., ACES Dão Lafões, reportando-se o seu início a 1 de abril do corrente ano.

28 de setembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208988534

Despacho (extrato) n.º 11346/2015

Por despachos de Suas Excelências o Senhor Secretário de Estado da Saúde de 18-12-2014 e 18-02-2015 e Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 17 de agosto de 2015:

Autorizada a consolidação da cedência de interesse público de Rosa Maria Nunes Ferreira, Assistente Técnica, posição remuneratória entre a 1.ª e a 2.ª, nível remuneratório entre o 5.º e o 7.º, pertencente ao mapa de pessoal do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E. P. E., no mapa de pessoal do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego, desta Administração Regional de Saúde, ao abrigo do n.º 9 do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de janeiro de 2015.

29 de setembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208988575